

Política nacional de desenvolvimento

EVALDO GONÇALVES*

E da tradição das nossas Assembleias Constituintes a luta pela conquista de espaços para o desenvolvimento do Nordeste, como região subdesenvolvida do País. Em 1934 e 1946, percentuais da receita tributária da União foram destinados ao Nordeste, visando a sua integração ao processo de desenvolvimento brasileiro. Além disso, órgãos foram



criados, como o DNOCS, a Sudene e o Banco do Nordeste, tudo consubstanciando essa superior preocupação em se corrigir os desníveis regionais, como matéria de alto interesse nacional.

E bem verdade que, se, a princípio, o Nordeste, pela seca, sua instabilidade climática e demais fatores naturais adversos, ganhou pioneirismo pela gravidade de seus problemas, outras regiões, igualmente subdesenvolvidas, entraram na pauta das preocupações nacionais. E o caso do Norte, do Centro-Oeste e até do Sul, que ganharam órgãos de desenvolvimento regional, como a Sudam, Sudeco e a Sudesul, além de agentes financeiros comprometidos com as respectivas regiões.

Não há negar que esforços construtivos vêm sendo envidados, em sucessivas tentativas, visando a promoção do desenvolvimento regional.

Temos que reconhecer, porém, que conquistas maiores, obtidas anteriormente, nas Cartas de 1934 e 1946, foram substancialmente reduzidas e pulverizadas, ao longo desses últimos dez anos, com repercussão negativa nos esforços em favor de um desenvolvimento integral e harmônico para o País. O fato é que estamos pior do que antes, situação essa que está a exigir, agora, redobrada atenção e total vigilância, com vistas à "recuperação do tempo perdido".

Claro que partimos do pressuposto de que desenvolvimento regional é matéria de relevante interesse nacional. Diríamos até que deve ser tratada a nível de política nacional de desenvolvimento. Ao invés de se entregar às regiões a decisão quanto aos seus destinos, suas prioridades e soluções, a responsabilidade dessa tarefa deverá caber à União, no desempenho da grande missão, que é somente sua, de promover o desenvolvimento econômico e social deste país, de forma harmônica e integral, sem discriminações odiosas.

Dai a justificativa, mais que plausível, do funcionamento, na atual Assembleia Nacional Constituinte, de uma Comissão de Desenvolvimento Regional, funcionando como fórum privilegiado, onde todos os problemas seriam discutidos, de interesse das regiões subdesenvolvidas, e, a todos eles, se dariam alternativas de soluções, dentro da ótica do desenvolvimento nacional, sem predominância de aspectos exclusivamente regionalistas.

O que se quer dizer: soluções regionalistas simplesmente não resolveriam. Não de ser adotadas soluções nacionais voltadas para o desenvolvimento regional. Como entender que um país possa dispor de um quadro sócio-econômico em que 65% da população brasileira permaneça em situação de absoluta miséria, agravada no Nordeste, e nas grandes metrópoles, onde 1/4 da população vive economicamente marginalizada. Em suma, é inconcebível que perseverem circunstâncias atroz, onde uma minoria da população desfruta de um estágio desenvolvido, próprio de uma sociedade industrial, e uma grande maioria, por outro lado, vegete em condições sub-humanas, à margem dos benefícios do desenvolvimento. Isto por conta do desemprego, do subemprego, da falta de uma política agrícola e de uma melhor capacitação da grande maioria e sua participação no processo de desenvolvimento econômico.

As áreas desenvolvidas deste país deve interessar, mais do que a quaisquer outras, o desenvolvimento brasileiro, como um todo.

Dispositivos constitucionais não de ser criados, agora, que emprestem a essa tarefa foros de imperativos da consciência nacional, sem capitulações e jogo de interesses subalternos, o que tem sido responsável, em última análise, pela penúria e atraso seculares a que estamos submetidos, de há muito.

O funcionamento, na Assembleia Nacional Constituinte, de uma Comissão de Desenvolvimento Regional, com esses objetivos amplos e essa visão de conjunto, será, inelutavelmente, o primeiro grande passo, em favor do desenvolvimento nacional, tarefa irrenunciável e inadiável de todos os brasileiros.

* Evaldo Gonçalves é deputado pelo PFL da Paraíba